



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 004

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 004

5ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Comunicados 03

Memorando 04

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 11

Dep. Tadeu Veneri..... 14

Dep. Luciana Rafagnin 17

Dep. Neivo Beraldin 17

Dep. Elton Welter 18

Dep. Reni Pereira..... 19

Grande Expediente:

Dep. Antonio Belinati 12

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 16

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 18

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Wilson Quinteiro 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

2ª Discussão (PEC) 22

Redação Final 22

3ª Discussão 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 23

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 26

Publicações:

Atas de Comissões

Reforma da Constituição 27

Redação 27

DIÁRIO Nº 004

5ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins e Mauro Moraes (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Artagão Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 011/2010/IAP/GP do Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko - Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e ofício nº 123/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que solicita esclarecimentos sobre o acidente com o navio chileno Vicuña no porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 128/2010-CGPG/GAB/SESU/MEC da Sra. Valéria Grilanda Rodrigues Paiva - Ordenadora de Despesa, Substituta da Secretaria de Educação Superior, comunicando celebração de convênio entre a Universidade Estadual de Londrina e a referida Secretaria. **Ao conhecimento da Casa.**

Comunicados

Sob o nº AL000764/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação com o objeto de conceder apoio financeiro para implementação das ações educacionais constantes no plano de ações articuladas - PAR, no âmbito do planos de metas, compromisso todos pela educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, contemplando a ação de construção de escolas em áreas indígenas. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000765 e 766/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação junto aos programas TD - PROJOVEM - CAMPO PNAE EJA, PNAEP - Pré-escolar, PNAQ, PNAEI, Indígena, PNAEF - Fundamental, PNAEC - Creche, PNAEM - Médio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000767/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação com o objeto de conceder apoio financeiro para implementação das ações educacionais constantes no plano de ações articuladas - PAR, no âmbito do plano de metas, compromisso todos pela educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, que visam proporcionar à sociedade a melhoria da infraestrutura da rede física escolar, com a construção de novas (s) escolas (s). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000768/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO com o objeto da implantação de cursos e programas de educação superior à distância na área de formação inicial e continuada de professores, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000769/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO com o objeto da implantação de cursos e programas de educação superior à distância, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000770/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Universidade Estadual de Ponta Grossa com o objeto da implantação de cursos do Programa Nacional da Administração Pública, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000771/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Universidade Estadual de Ponta Grossa com o objeto de implantar Curso de Licenciatura em Geografia à distância e implementar polos do Curso de Geografia, no âmbito do Programa Pró-Licenciatura Fase II. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000772/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Fundação Universidade Estadual de Maringá com objeto da capacitação de profissionais que atuem no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000773/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Universidade Estadual de Maringá com o objeto de conceder apoio financeiro com a finalidade de viabilizar cursos para formação inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberto do Brasil - UAB. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000774/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinados ao Governo do Estado do Paraná junto ao programa TD - PROJOVEM - Urbano. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000775/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Universidade Estadual do Oeste do Paraná que tem por objeto conceder apoio financeiro para implementação de curso de formação continuada para professores da educação básica tendo como base a temática educação das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. **Ao conhecimento da Casa.**

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, DEMOCRATAS, PP e Bloco PRB/PSB/PV indicarem membro partidário, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar, no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 049/09, de autoria do Poder Executivo, que visa acrescentar parágrafo 17 ao artigo 27 da Constituição Estadual.

PMDB - Luiz Claudio Romanelli

PSDB - Ademar Traiano

PT - Péricles de Mello

DEMOCRATAS - Plauto Miró

Bloco PRB/PSB/PV - Wilson Quinteiro (*)

(*) Sorteio para a última vaga.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

(A Proposição nº 049/09 encontra-se publicada no DA nº 067/09, de 22/06/09, em Mensagens).

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente na condição de Líder do Bloco Parlamentar PSB/PRB/PV, INDICAR a ilustre Deputada Rosane Ferreira e o ilustre Deputado Wilson Quinteiro, para desempenharem as funções de Vice-Líderes deste Bloco Parlamentar, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Certo de poder contar com a sua costumeira atenção, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) RENI FERREIRA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois do ouvido o soberano plenário, justificativa de ausência nas Sessões realizadas entre os dias 08 e 11 de fevereiro do corrente ano, em virtude de ter tido submetido a procedimento cirúrgico.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais solicita autorização da Assembleia Legislativa do Paraná para afastamento do País entre os dias 10 a 18 de abril de 2010.

Tal solicitação se deve à viagem que farei ao Canadá junto com produtores de leite e a empresa SEMEX/PR.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 144-B

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, justificar ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 08 de fevereiro do corrente ano, em virtude de compromisso parlamentar no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene

comemorativa aos 56 anos de fundação da Rede Feminina de Combate ao Câncer, no dia 19 de março sexta-feira, das 9h às 17h, no plenário.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a solenidade para comemorar aos 56 anos de fundação desta entidade, prestando uma justa e merecida homenagem às voluntárias que atuam no Hospital Erasto Gaertner, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no atendimento aos pacientes e seus familiares.

Nesta data haverá uma programação com a realização da Assembleia Geral, com apresentação de vídeo institucional com as ações e prestação de contas da entidade, palestras e homenagens.

REQUERIMENTO N° 116

Senhor Presidente:

Requer ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de pesar e apresentação de condolências à família do Sr. Anilson Zimmermann, falecido no último dia 02 de fevereiro na Cidade de Toledo-PR.

Anilson Zimmermann, nascido em 08/04/32, chegou a Toledo no início de fevereiro de 1951, quando ainda não era emancipado. Pioneiro deste Município, Sr. Anilson foi um homem de muita coragem, determinação e perseverança. Morando em Nova Concórdia, casou-se e teve 14 filhos. Durante toda a sua vida foi uma pessoa muito simples, um líder nato, digno do respeito de todos, seus ensinamentos e sua simplicidade foi transmitido aos seus filhos. Uma prova disso é que em qualquer canto do Município aonde mencionamos o sobrenome Zimmermann, as pessoas sempre lembram o quanto essa família é comprometida com o Município de Toledo.

Requer ainda que seja dada ciência aos familiares.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO N° 117

Senhor Presidente:

Requer ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de pesar e apresentação de condolências à família do Sr. Valdemar Marinho dos Santos, falecido no último dia 30 de janeiro na Cidade de Toledo-PR.

Valdemar Marinho dos Santos, nascido em 05/03/37, homem simples de sorriso fácil, muito trabalhador, deixou valiosos ensinamentos. É um homem digno de todo o respeito de qualquer cidadão deste Município e sua história jamais será esquecida.

Requer ainda que seja dada ciência aos familiares.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO N° 119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de

hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria da Silva, mãe do Vice-Prefeito de Tupãssi, Sr. Ailton Caeiro da Silva.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do filho, Sr. Ailton Caeiro da Silva.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO N° 120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Sbrissia, pelo falecimento da Sra. Elis Regina Sbrissia, ocorrido no dia 02 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Sbrissia.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO N° 139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Senival Silva, ocorrido em fevereiro de 2010.

O jornalista Senival Silva, como era conhecido, foi um dos fundadores da seccional paranaense da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo. Atualmente era responsável pela área de comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e proprietário do jornal Folha dos Editais.

Deixa viúva e três filhos.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Vereador Jaime Moser, ocorrido dia 05/02/10.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 59 anos de idade faleceu em trágico acidente automobilístico ex-Vereador o Sr. Jaime Moser. Filho único de Dona Margarida e o Sr. Jerônimo Moser. Natural de Curitiba/SC.

Deixou viúva a Sra. Ingrid, e os filhos Jerônimo, Jaime, Arnaldo, Ângelo e Tiago.

Como político exerceu o mandato de Vereador pelo Município de Clevelândia de 1976 até 1996.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Jaime Moser, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Moser endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de voto de congratulações ao Sr. Édison Morozowski, Presidente da Companhia Aeroportuária do Vale do Tibagi (CAVT), pelo anúncio da previsão de geração de 10 mil empregos diretos e 100 mil empregos indiretos no novo Aeroporto Internacional de Cargas dos Campos Gerais, ainda aguardando autorização para construção.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser enviada.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 115

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este subscreve, REQUER, com a devida anuência do Plenário, o registro nos Anais da Sessão de hoje, de efusivas congratulações à Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. - COOPAVEL, da Cidade de Cascavel, nas pessoas do seu Diretor-Presidente, Sr. Dilvo Grolli e do coordenador do evento, Sr. Rogério Rizzardi, e equipe pela exemplar organização do Show Rural 2010, cuja abertura ocorreu na data de ontem e segue até o próximo dia 12 de fevereiro.

Repetindo a grandeza dos eventos anteriores - no entanto, a cada nova edição mais abrangente e inovador, o 22° Show Rural COOPAVEL é todo um painel de apresentação, num ambiente altamente atraente, do universo de novas tecnologias e propostas inovadoras para maximizar a amplitude de produção da agricultura nacional.

Como já nem registrado, “O evento é um dos maiores e mais diversificados eventos de agropecuária brasileira”. O que muito nos orgulha como paranaenses, em especial aqueles que são do Oeste do Paraná.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dada ciência da mesma, com a expressão dos votos de contínuo sucesso à Cooperativa antes referida, nas pessoas de seu Diretor-Presidente, Sr. Dilvo Grolli e do coordenador-geral do Show Rural 2010, Sr. Rogério Rizzardi, via correspondências a serem encaminhadas.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Lauro Celso de Souza, pela passagem de seus 40 anos de Ministério e 26 anos como Pastor - dirigente da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil - IPRB no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO N° 121

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Araucária, Albanor José Ferreira Gomes, e ao Presidente da Câmara, Vereador Rui Sergio Alves de Souza em razão do 120° aniversário do Município.

A comunidade araucarense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 122

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do CODEM, Sr. Luis Fernando Ferraz, votos de congratulações pela posse ocorrida em 09/02 às 18h30 em Maringá.

Os votos desta Assembleia são de muito sucesso.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 127

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Escola Úrsula Benincasa.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Escola Úrsula Benincasa, das Irmãs Teatinas da Imaculada Conceição, que realizam um excelente trabalho junto aos seus alunos, abrindo horizontes e desbravando novos caminhos para os estudantes e a comunidade com projetos de interesse social e educacional.

A escola forma a base de muitos cidadãos, seu caráter e sua educação são forjados pelos educadores que nela atuam, deixando um legado de conhecimento, em particular à comunidade do Campo Comprido.

REQUERIMENTO N° 128

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Mercearia Quitanda da Família.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Mercearia Quitanda da Família, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região, oferecendo profissionalização nos trabalhos e nos serviços, sendo o fornecedor do bairro que com a sua gama de produtos, atende as expectativas de seus clientes prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade do cliente com as suas necessidades.

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Elf Mármore e Granitos.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Elf Mármore e Granitos, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores, oferecendo profissionalização nos trabalhos e nos serviços.

Com uma grande linha de produtos, atende as expectativas de seus fregueses, facilitando a proximidade da clientela com as suas necessidades. Uma empresa familiar com mais de 10 anos de tradição.

REQUERIMENTO N° 130

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Tecnitintas.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Tecnitintas, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região do Campo Comprido.

Oferecendo profissionalização nos trabalhos e nos serviços, é o fornecedor do bairro que com a sua gama de produtos, atende as expectativas de seus clientes. Prestando um excelente serviço à comunidade, proporciona a proximidade do freguês com as suas necessidades. Uma empresa que cresce junto com o bairro.

REQUERIMENTO N° 131

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Toca dos Animais.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Toca dos Animais, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região do Orleans, oferecendo profissionalização nos trabalhos e nos serviços, é referência no atendimento de animais no bairro, atendendo as expectativas de seus clientes e prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade do cliente com as suas necessidades.

REQUERIMENTO N° 132

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Masteraudio.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Masteraudio, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região do Orleans, oferecendo profissionalização nos trabalhos e nos serviços, sendo o fornecedor do bairro que com a sua gama de produtos, atende as expectativas de seus clientes prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade do cliente com as suas necessidades.

REQUERIMENTO N° 133

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Kumbuka Presentes.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Kumbuka Presentes, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região, oferecendo

profissionalização nos trabalhos e nos serviços, sendo o fornecedor do bairro que com a sua gama de produtos, atende as expectativas de seus clientes prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade do cliente com as suas necessidades. A mais completa loja de presentes do bairro.

REQUERIMENTO N° 134

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Carlos Muller Organização Contábil.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Carlos Muller Organização Contábil, que com respeito, solidez e lealdade, desenvolve um trabalho que é referência em contabilidade.

Inovando e melhorando as soluções técnicas, dá tranquilidade aos clientes através dos serviços de forma ágil, atingindo soluções e resultados positivos com transparência e confiabilidade. Uma empresa tradicional do bairro Campo Comprido, que tem em seu quadro de pessoal, técnicos qualificados e norteados pelas boas práticas gerenciais.

REQUERIMENTO N° 135

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Souza Pet Shop e Floricultura.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Souza Pet Shop e Floricultura, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região oferecendo profissionalização nos trabalhos e nos serviços, sendo o fornecedor do bairro que com a sua gama de produtos, atende as expectativas de seus clientes prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade do cliente com as suas necessidades.

REQUERIMENTO N° 136

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Caio Luiz de Carvalho.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Caio Luiz de Carvalho, Diretor-Presidente da São Paulo Turismo, onde promove a Cidade como Capital de Negócios, conhecimento e entretenimento da América Latina, destacando seu caráter vanguardista e cultural. Foi Presidente da EMBRATUR, órgão que sob seu comando, colaborou de forma decisiva para o incremento da indústria do turismo no Estado do Paraná.

Consolidando e ampliando a movimentação turística, proporcionou o desenvolvimento econômico de diversos setores, ampliando a qualidade de vida dos cidadãos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 137

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Nelson Maluf El-Hage.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Nelson Maluf El-Hage, Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo, onde atua planejando e fiscalizando o trânsito, no tocante à postura do condutor do veículo, gerenciando e elaborando os projetos de expansão viária.

Colaborador do Estado do Paraná, transmite seus conhecimentos e sua experiência aos técnicos paranaenses, oportunizando a nossa população, melhores condições de trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 138

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Denir Guandalini.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Denir Guandalini, um grande empreendedor do Paraná, que adquiriu experiência e se fortaleceu como empresário, destacando-se em várias áreas de atividade. Lutador e vencedor em um mercado profissionalizado e competitivo.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade paranaense. Empreendedor e dinâmico, tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomenta a economia.

REQUERIMENTO N° 114

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Turismo Paraná, informações sobre as políticas estaduais no tocante ao turismo no Paraná, especialmente o que segue:

Quais leis, decretos, editais e outros atos, bem como políticas públicas, já foram aprovados ou estão em fase de tramitação, no que diz respeito a:

1 - Linhas de crédito, financiamento ou subsídios (nas esferas públicas estadual e federal ou privadas - incluindo bancos como o BB, Caixa, BID, etc...) para pequenos e médios estabelecimentos do trade turístico (hotéis, restaurantes, bares, agências de viagens e outros atores) que aderirem a proposta de atendimento a custos mais acessíveis, porém com o mesmo nível de qualidade, durante as épocas de baixa temporada;

2 - Incentivos fiscais (política tributária) para os mesmos estabelecimentos, nas mesmas condições do item 1.1;

3 - Linhas de crédito, financiamento ou subsídios para turistas usuários do trade nas épocas de baixa temporada, com prioridade para aposentados, trabalhadores de baixa renda e estudantes (conforme estratégia estabelecida pelo Plano Nacional de Turismo).

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos usuários de ônibus do terminal do Maracanã, sito no bairro Guaraituba - Município de Colombo, que solicitam policiamento nesse terminal devido a ocorrência constante de vandalismo.

A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos vândalos e proporcionará segurança aos usuários e a todos que trabalham no local, bem como preservará o patrimônio público.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos moradores de Ribeirão Vermelho I - Município de Quitandinha, que solicitam, através do abaixo-assinado, a entrada do ônibus metropolitano na referida localidade.

Atualmente os moradores são atendidos pela empresa Reunidas, porém são poucos horários ofertados e como a maioria deles estuda e trabalha em Curitiba, muitas são as dificuldades enfrentadas com o transporte coletivo. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o Sr. Moacir Rodrigues.

Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 029/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias deverá observar rigorosos critérios de segurança, higiene e embalagem, de modo a proporcionar segurança ao consumidor.

Parágrafo Único. Consideram-se artigos de conveniência, dentre outros, para os fins desta lei:

- 1 - filmes fotográficos;
- 2 - alimentos para lactentes, substitutos de leite materno;
- 3 - pilhas;
- 4 - meias elásticas;
- 5 - colas;
- 6 - cartões telefônicos;
- 7 - cosméticos;
- 8 - isqueiros;
- 9 - água mineral, refrigerantes, sucos industrializados, chás e bebidas lácteas;
- 10 - produtos de higiene pessoal;
- 11 - produtos dietéticos;
- 12 - repelentes elétricos;
- 13 - cereais matinais;
- 14 - barras de cereais;
- 15 - mel;
- 16 - produtos ortopédicos;
- 17 - artigos para bebê;
- 18 - produtos de higienização de ambientes;
- 19 - produtos eletrônicos condicionados a cosméticos, tais como: secadores, prancha, escovas elétricas, aparelhos de barbear e semelhantes.

Art. 2º Fica vedada a venda de bebidas alcoólicas de qualquer espécie.

Art. 3º Fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública tais como: recebimento de conta de água, luz, telefone, boletos bancários, bem como a instalação de caixas de autoatendimento bancário nas dependências das farmácias e drogarias.

Art. 4º As farmácias e drogarias obrigaram-se às seguintes providências:

I - dispor adequadamente do artigos de conveniência em balcões, estantes, gôndolas, e displays, com separações e compatíveis com seu volume, natureza, características químicas e cuidados específicos;

II - cumprir todas as normas técnicas e os preceitos legais específicos à comercialização de cada produto, especialmente o Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 806/90, de 13/06/90.

III - expor os artigos de conveniência de modo a guardar distância e separação dos medicamentos.

Art. 5º Os artigos de conveniência comercializados em farmácias e drogarias devem ser em relação aos gêneros farmacêuticos.

Parágrafo Único. É proibido manter em estoque, expor e comercializar produtos perigosos ou potencialmente nocivos à saúde do consumidor, tais como veneno, soda cáustica e outros que a estes se assemelhem.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Nós últimos anos tem sido notória a dificuldade enfrentada pelos pequenos estabelecimentos farmacêuticos devido ao agravamento da crise econômica e a concorrência das grandes redes.

Atualmente, os comerciantes que atuam na área de farmácias e drogarias encontram resistências para comercialização de artigos de conveniência, apesar de a Lei Federal nº 5991/73, que define o comércio farmacêutico, não proibir a venda destes artigos em farmácia.

Posto que, em virtude da resolução editada pela ANVISA RDC 044/09 e as Instruções Normativas nº 09 e nº 10 editadas em 17/08/09 veio a conflitar com a Resolução nº 266/99 do Estado do Paraná na qual a Vigilância Sanitária passará a fiscalizar as farmácias a partir do dia 18/02/10 autuando e punindo as farmácias e drogarias que não se adequarem a resolução.

Tendo em vista a utilidade pública que as farmácias prestam a população em especial aos pequenos Municípios que muitas vezes nem sequer contam com agências bancárias e farmácias suprem essas necessidades.

Outro ponto a ser discutido é que se as farmácias tiverem que cumprir a RDC 044/09 o número de postos de trabalho diretamente afetados é estimado em 8 mil trabalhadores e indiretamente na ordem de 20 mil postos, prejudicando tanto a economia local como toda economia estadual.

O presente projeto tem por objetivo disciplinar o comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias, de modo a proporcionar segurança e higiene ao consumidor e desde que sejam: exibidos em compartimentos adequados, atendam às medidas e leis específicas de sua comercialização; dispostos separadamente de medicamentos; não tragam males à saúde do consumidor; e ser inócuos em relação aos produtos usualmente encontrados em farmácias.

Estes os motivos que justificam esta propositura.

PROJETO DE LEI Nº 030/10

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O diagnóstico de doenças circulatórias do tipo flebites e trombozes através do exame tipo eco doppler deve ser assegurado em todo território paranaense, para os pacientes usuários do SUS.

Art. 2º O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, deve assegurar a toda população paranaense, usuária do sistema SUS, por meio de seus serviços próprios ou conveniados:

I - Exame de eco doppler a todos os pacientes que sofram de doenças circulatórias, na periodicidade recomendada pelos médicos e demais especialidades médicas afins;

II - Acesso a serviços de maior complexidade para diagnóstico e tratamento quando necessário.

Parágrafo Único. O exame que trata o item I deste artigo será assegurado aos pacientes, independentemente da idade quando constatada a suspeita do problema e atestado pelo profissional médico devidamente credenciado pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 3º O exame que trata o item I do artigo 2º desta lei deverá ser realizado em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após solicitação do médico credenciado.

Art. 4º Torna-se obrigatório a implantação do serviço do tipo eco doppler gratuito nas Cidades polo.

Parágrafo Único. Entende-se por Cidades polo toda aquela que tiver população maior ou igual a 50 mil habitantes, levando por base as informações do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º Fica estabelecido o período até 31 (trinta e um) de dezembro de 2012 (dois mil e doze), para que os Municípios que trata o parágrafo 2º do artigo 4º, sejam atendidos pelos benefícios desta lei.

Art. 6º A implantação que trata o artigo 4º e seus parágrafos terá seu investimento rateado nas proporções estabelecidas por regulamentação entre o Estado e Municípios.

Art. 7º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, estabelecerá as condições necessárias para a execução do que estabelecem os artigos 4º, 5º e 6º, na sua totalidade.

Art. 8º A implantação que trata o artigo 4º poderá se estabelecer através da aquisição de equipamentos ou firmamente de convênios com estabelecimento públicos ou privados, por parte do Ministério da Saúde, Secretaria Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 9º A fiscalização dos serviços conveniados estará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10º A fiscalização do funcionamento e manutenção dos aparelhos de eco doppler será de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 11º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O exame gratuito de eco doppler para pessoas carentes do Paraná, que tenham possibilidade de desenvolver doenças circulatórias do tipo flebites ou trombozes podem ser facilmente diagnosticadas pelo procedimento de eco doppler.

Tal procedimento trata-se de uma espécie de ultrassonografia que pode antecipar o diagnóstico, evitando o desenvolvimento da doença circulatória e garantindo melhores resultados no tratamento.

A garantia a esse tipo de procedimento é uma questão de direito à saúde, afinal, estima-se que hoje a fila de espera para a realização desse exame seja de oito meses, sendo inadmissível que a população paranaense espere tanto tempo para um diagnóstico preciso e importante.

Isto posto, temos a certeza de que esta proposição terá um trâmite acelerado entre as comissões e aprovada nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 031/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os proprietários de postos de combustível obrigados a afixar nesses estabelecimentos cartaz informando aos consumidores a diferença entre os preços da gasolina e do álcool (etanol).

Parágrafo Único. A informação de que trata o *caput* deste artigo refere-se à diferença percentual entre o valor do litro da gasolina e o valor do litro do álcool (etanol).

Art. 2º Compete ao PROCON/PR implantar e gerenciar, a partir da publicação desta lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) Sala das Sessões, em 09/02/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo possibilitar ao consumidor o direito de escolher entre o álcool (etanol) e a gasolina, analisando a diferença entre um e outro.

Somente desta forma é que se pode garantir o direito do consumidor de entender se naquele momento é melhor abastecer usando álcool (etanol) ou usando gasolina.

Portanto, resta claro que o presente projeto é de extrema relevância, uma vez que vem de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e, portanto merece prosperar, colaborando com os consumidores do Estado do Paraná.

Cálculos feitos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, da USP, uma das maiores referências do País em relação ao álcool (etanol), demonstram que o motorista não deve abastecer o veículo flexfuel com álcool (etanol) se o preço do litro superar 70% do valor da gasolina. Tal percentual reflete o menor rendimento do álcool (etanol), que faz o veículo roda menos quilômetros que a gasolina com um mesmo volume de combustível.

A conta, simples de ser realizada, estabelece a divisão do preço do álcool (etanol) pelo preço da gasolina. Se o valor da conta for inferior a 0,7000, o abastecimento com álcool (etanol) é mais vantajoso, caso contrário, deve-se abastecer com gasolina.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputados Jonas, Dr. Batista e meu querido Mário. Presidente Nelson Justus, uma homenagem de reconhecimento pelo trabalho que o ilustre desenvolve no comando desta Casa de leis.

Agradecer os paranaenses que têm nos enviado e-mails. É muito importante que o político, o homem e a mulher públicos, seja Vereador, Deputado, Senador, Prefeito, Governador, Presidente da República, Secretário de Estado ou Ministro dialoguem com o povo e estejam sempre abertos para ouvir o que o povo pensa, está falando e precisa reivindicar.

Infelizmente, já foi o tempo no Brasil em que o povo conseguia, o mais pobre, com o dedão para fora do sapato, falar até com o Presidente da República, como o Getúlio Vargas. Hoje tem Prefeito, Secretário de Estado, Governador ou Ministro, você não consegue falar com autoridade de jeito nenhum, a não ser em época de eleição. Para falar com determinados Senadores em Brasília, se o cidadão não arrumar um pistolão graúdo da política, as portas se fecham.

Eu estava esses dias em Brasília e vi como mudou. Passei por Brasília há muitos anos, como Deputado Federal. O povo, para entrar no prédio do Congresso Nacional, tem que apresentar documento, há uma exigência. Não são todos, às vezes você não consegue nem entrar na antessala do gabinete de um Senador. O Palácio da Alvorada, onde trabalha o Presidente Lula, não dá para entrar mesmo.

Acho que Prefeito Lula, não dá para entrar mesmo. Acho que Prefeito com acesso ao Palácio da Alvorada - Dr. Batista, o senhor que é um homem do povo e é humano, que atende generosamente ao povo que precisa de saúde e ser operado - só se for do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, talvez Salvador. Os demais têm que arrumar um pistolão para abrir as portas. Às vezes não é nem para falar com o Presidente e sim com o secretário, do secretário, do secretário. Aí a autoridade volta para o interior, toda satisfeita, e diz que foi a Brasília conversar com as autoridades.

Será que esse comportamento está certo? Não. Está faltando diálogo, há um distanciamento dessas pessoas que se elegem e depois se afastam do nosso povo, acham que o povo só incomoda. Não incomoda, não!

Por isso que sempre abro aqui o meu espaço, como Deputado Estadual, para atender, ouvir e dar a voz que o povo tem direito. É por isso que leio os e-mails que me são enviados. Tenho sido muitas vezes criticado, mas a maioria está entendendo que é importante abrir esse espaço para o nosso povo, às vezes para elogiar e até para criticar. Pode trazer um assunto aqui que a autoridade precisa tomar conhecimento. E como o Governador às vezes está em casa, na granja, e ele assiste aqui a TV, é uma oportunidade de chegar mais depressa no ouvido das autoridades o que precisa o nosso povo do Paraná.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

E-mail do João Batista Jaquinta: *Deputado Belinati, faz tempo, mas eu não esqueci do senhor não, porque o senhor é uma pessoa que muito fez para Londrina e não dá para esquecer, no entanto o senhor foi eleito Prefeito, só que a Justiça fez injustiça. Como o senhor sabe o que é para ser tirado do Poder, continua pois como o senhor viu o Jose Sarney, José Dirceu, José Genoíno e outros. Mas não há de ser nada, o senhor faz melhor como Deputado pois o seu povo te adora e confia no senhor. Sabe Deputado, eu queria que o senhor, ao começar os trabalhos na Assembleia, abordasse o problema dos medidores de energia da COPEL, que há 30 anos eu moro aqui e não fizeram nenhuma revisão. Como o senhor sabe, todos os equipamentos elétricos e eletrônicos são muito delicados e com o passar do tempo eles têm desgaste em seus componentes, então pode retardar ou adiantar, ou o consumidor paga mais ou paga menos, mas isso sempre acontece a mais para nós. Então, Deputado Belinati, espero que o senhor trabalhe em favor do povo paranaense. E quanto à SANEPAR eu não concordo com a cobrança de taxa de 10 m3. Se eu sair de férias por 30 dias e desligar o relógio de água não vou gastar, e por quê pagar? Isso é roubo, o senhor não acha? E só por enquanto, e que o senhor vença as eleições deste ano, para o bem do seu povo.*

E-mail da Luiza Fernandes: *Sr. Deputado, e uma grande honra para mim, como professora, como cidadã brasileira, ter a leitura de e-mails fazendo parte de seu discurso parlamentar. Muito obrigada. Faço comparação do papel do bom político com o bom professor, por exemplo: O professor comprometido com aquilo que faz ensina os conteúdos a seus alunos e esses deverão preparar o indivíduo para sair de certas situações dentro do seu convívio social, pois esse é o papel do bom professor; assim como o político comprometido com o povo, ou seja, criar projetos, rever leis, fiscalizar de uma forma geral e direcionar informações ao povo, é isso que a população espera dos políticos, ação, e a gente sabe que o povo perdeu a credibilidade política. Sr. Deputado, vejo que o senhor age assim. Não importa o partido, como tantos se preocupam, mas a ação política em si. Sua integridade, sua visão ampla das coisas, os tornam um político respeitado e querido pelo povo paranaense. Muito obrigada, sei que um dia trocaremos ideias pessoalmente, não faltarão oportunidades. O senhor vai querer visitar Marilena, não é mesmo? Eu espero lhe conhecer pessoalmente. Abraço. Professora Luzia Fernandes de Souza.*

E-mail do Marcelo Rissato: *Sr. Antonio Belinati. Estive vendo o Programa que o senhor apresenta na TV Antares HJ (20/01/10) e gostei quando o senhor disse sobre a aposentadoria para as donas de casa. Acho uma causa justa, uma vez que existem muitas donas de casa, principalmente as que se encontram na faixa etária de 60 anos, pois são mulheres que deixaram de estudar cedo, por motivos financeiros, e se casaram. Essas mulheres cuidaram de seus maridos e filhos a vida inteira e hoje não tem recolhimento suficiente para uma aposentadoria.*

Digo isso pois é o caso de minha mãe, ela tem 60 anos, está separada de meu pai, é a típica dona de casa brasileira e não tem renda alguma. Ela até trabalhou na Prefeitura durante uns dois anos, mas a idade já avançada não aguentou, pois faz tratamento de saúde com neurologistas e tinha crises. Em virtude disso teve que deixar o trabalho. Hoje eu luto para conseguir uma aposentadoria, pensão ou qualquer coisa assim, para que ela tenha seu dinheiro para suas despesas, mas é difícil.

Nós fizemos uma perícia na Previdência Social em Arapongas e não foi aprovada.

Na segunda-feira dia 25/01/10, às 16h40, está marcada mais uma perícia na Previdência Social em Arapongas, mas as esperanças são mínimas. Eu apoio essa causa e torço para que o senhor consiga, pois todos nós, de alguma forma ajudamos o País, e na velhice, no momento que mais precisamos do País, ele não poderia nos dar as costas.

Se o senhor precisar falar comigo, meu nome é Marcelo Rissato, sou professor do Estado em Arapongas, mas não sou efetivo, entro no processo seletivo PSS todo ano e também sofro com isso. Ajudo minha mãe no que é possível, mas também passo por dificuldades, uma vez

que no ano passado meu contrato com o Estado abriu em maio e meu primeiro salário foi em junho. Trabalhei o resto do ano de 2009 para pagar as contas que fiz nos meses que estava sem trabalho, assim vou vivendo e confesso ao senhor que estou cansado deste País que só exige das pessoas e pouco faz para o cidadão comum, como eu e minha mãe.

Meu fone é: 43-3275-7961 / 43-9927-6990. Eu costumo escrever para a Folha de Londrina e Tribuna do Norte na Coluna Opinião, se acaso o senhor quiser ler algo meu. Sempre sai alguma coisa nesses jornais. Também escrevo para os dois jornais de Arapongas (minha Cidade por enquanto) e de Apucarana. Escrevo também para a Revista da Cidade de Arapongas e Revista Expresso de Apucarana.

Desculpa estar relatando tudo isso, mas é para que o senhor saiba quem sou eu, que eu não sou um cidadão qualquer que não faz nada em prol da comunidade, pelo menos eu faço a minha parte e digo o que precisa ser dito.

Um grande abraço

Marcelo Rissato

Arapongas/PR

Pude ver em Brasília, o projeto está lá, engavetado, adormecendo, e a maioria dos Senadores não têm interesse de dar essa aposentadoria para as mulheres. Isso é uma pena. Mas o voto das mulheres eles querem. Aprovar a aposentadoria seria uma independência para as mulheres deste País. A mulher às vezes fica casada anos e depois o homem arruma uma franguinha nova e dá um chute no bumbum da mulher e ela fica chupando o dedo, fica sem nada, fica na mais absoluta miséria. A aposentadoria resolveria esse problema de todas as mulheres do Brasil.

Recebo e-mail do Ricardo Cortes de Londrina:

Querido Deputado e amigo Belinati.

Tive a grata satisfação de conhecê-lo pessoalmente há pouco tempo. Foi numa reunião a convite de Hilda Batistela, em uma residência na Vila Casoni, no segundo turno da campanha de 2008. Estava acompanhado por seus assessores e de nossa querida Vereadora Sandra Graça. Minha admiração e respeito pelo senhor cresceu através da resposta à seguinte pergunta que fiz, utilizando o ditado: diante de tantas agressões, neste momento o ataque não seria a melhor defesa? E sabidamente o senhor me respondeu; “A quem me jogar pedras, mandarei flores.”

Com essas poucas palavras podemos resumir o caráter de um homem.

Para fechar o capítulo sobre liderança, estou enviando um texto de Maquiavel.

“O que é melhor: ser amado ou temido?”

O certo é que o melhor seria ambas as coisas, mas é difícil juntá-las. Assim, entre uma e outra, é mais seguro ser temido do que amado. Isso porque os homens

são, geralmente, ingratos, volúveis, simuladores, covardes e gananciosos, e enquanto recebem favores de quem está no poder lhes oferecem a vida, os filhos e os bens, mas quando a adversidade se avizinha, desaparecem. E o Príncipe, que acreditou neles e não se preparou para o infortúnio, está arruinado, porque os que se tornam amigos do Governo em busca de vantagens e não por grandeza d'alma são interesseiros e fogem na hora incerta. E os homens têm mais facilidade em trair os que se fazem amar do que os que se fazem temer. O amor cria um vínculo de gratidão que se rompe facilmente, porque o homem é de mau caráter, enquanto o temor é seguro pelo liame do receio do castigo, que traz o homem submetido. O Príncipe deve, no entanto, ser temido, de modo que não sendo amado também não seja odiado. E ele pode ser temido e não ser odiado, desde que respeite os bens e as mulheres dos seus súditos e quando for preciso matar alguém faça com justificação e causa manifesta... Voltando ao tema de ser temido ou ser amado, direi que o amor dos homens depende deles, enquanto o temor depende da vontade do Príncipe e que, assim sendo, um Príncipe sábio deve preferir o que depende dele e não dos outros, evitando apenas ser odiado.

Fonte: MACHIAVELLI, N. Il Príncipe. Roma: Tascabili Economici Newton, 1995. p. 62.

O horário eleitoral deve ser usado para apresentar as nossas propostas, mas tem político que é impotente, é fraco e ele parte para agredir o seu adversário. E isso está provado que não funciona em lugar nenhum do mundo. Tem aquele que gosta e se diverte com a baixaria da campanha eleitoral, mas a maioria não gosta, a maioria quer debate em nível elevado, querem que usemos o palanque, a tribuna para apresentar propostas que tenham por objetivo melhorar a Cidade, o Paraná, a qualidade de vida do nosso povo, apoiar o que está sendo bem feito e também apresentar projetos e propostas para construir e para fazer aquilo que não foi feito e que precisa ser feito para o bem de cada cidadão.

Recebo o e-mail do Guilherme do Nascimento Sell:
(Lê):

Amigo Deputado Belinati,

Venho entristecido lamentar mais uma vez o caso que o Estado tem com a população, agora lotado e concursado do DETRAN, não vou me ausentar dos fatos e acontecimentos que ocorrem nesse órgão.

Peço encarecidamente para o senhor, como homem público que é, amigo e conciliador, para que converse com o Presidente do DETRAN - Coronel David Pancotti, para me colocar à disposição para a Paraná Educativa, emissora na qual sou voluntário há quatro anos, como produtor cultural na Rádio. Pois ao invés de ser aproveitado para algum setor relacionado à minha formação, fui colocado para separar e carregar, debaixo de sol, as motos baixadas para leilão. Não passei em cargo de

nível superior, uma vez que demoraram quatro anos para me chamar, e nesse tempo me formei em Jornalismo. Entendo que há sim a falta de funcionários no órgão, mas também entendo que devo continuar meu trabalho na Paraná Educativa, e ser melhor aproveitado.

Meu protocolo é o: 10.221.681-4.

Ps: aqui no DETRAN só acessa páginas do Governo, então tudo é bloqueado. Ficamos das 8h às 17h alienados do mundo real, de acordo com o Decreto nº 5747 - 13/11/09.

Na semana que quem estarei aí na Assembleia te visitando.

Deputado Nelson Justus, o Diretor do DETRAN está precisando fazer uma escolinha com V. Exa. V. Exa. não percebe, mas está entrando para a história, daqui alguns anos quando for contada a história da Assembleia Legislativa - e V. Exa. deu uma transformação de 360° nesta Assembleia, deixando tudo na mais absoluta transparência, com TV transmitindo, agora com internet transmitindo, o gasto do Parlamentar sendo colocado na tela. Um ou outro Deputado pode até ser criticado porque gastou de maneira que o cidadão entendeu que não deveria - mas a Assembleia Legislativa, sob o comando do Presidente Nelson Justus, ao lado do 1° Secretário Alexandre Curi, V. Exa. está consagrado pela história por essa total transformação. Pouca gente no Brasil, ao comandar uma Assembleia Legislativa, receoso de perder o apoio dos Deputados para uma eventual reeleição, poucos tem a coragem, a postura firme como o Nelson Justus de fazer essa modificação e levar a Assembleia Legislativa ao encontro do povo do Paraná.

Parece incrível, mas hoje o cidadão pode estar lá na barranca do rio, no alto do morro e de repente, pela tecnologia da comunicação, ele pode estar com a internet, com a TV ligada. Vejo gente simples, já recebi e-mail do povo simples porque estão acompanhando o trabalho da Assembleia, fiscalizando, sugerindo para cada um de nós.

Isso nós devemos ao nosso grande Presidente Nelson Justus.

Ontem o Deputado Federal Ricardo Barros esteve na Cidade de Londrina, onde na Câmara Municipal um grupo de simpatizantes lançou a candidatura de Ricardo Barros ao Senado da República para a eleição deste ano.

Ontem tivemos aqui a presença de uma pessoa amiga, muito cavalheiro que é, o Vice-Governador Orlando Pessuti, veio aqui com os Presidentes das Federações, dos sindicatos de trabalhadores, veio com a proposta do novo salário-mínimo regional para o Paraná. E dentro deste tema aqui que é o servidor público, não tem nada a ver o servidor público com o salário-mínimo, mas pego uma carona para ler o e-mail do Ezequiel Bueno de Almeida: *Nobre Deputado, nós servidores da Saúde e familiares contamos com a aprovação do PCCV da Saúde, antes das eleições. Saberemos agradecer a benção recebida. Grato. Lucas Bueno.*

Ele está de parabéns, ele é um, mas na somatória, acho que os servidores da Saúde têm que se unir, é um direito que já passou da hora de ser aprovado esse PCCV para todos os servidores da Saúde Pública. Eu votarei, darei todo o apoio para que esse PCCV seja aprovado para melhorar o salário de toda essa gente valorosa que dedica amor, raça e grande parte de sua vida trabalhando para o engrandecimento da Saúde Pública do Paraná. Com isso sabe Deus quantas centenas, ou milhares de vidas já foram salvas, preservadas. Quanta gente doente teve a saúde recuperada graças ao amor, à competência, ao trabalho de cada servidor da área da Saúde Pública aqui do nosso Estado do Paraná.

Então, nada melhor do que retribuímos essa competência e esse trabalho aprovado sim, urgentemente, o PCCV. Porque daqui a pouco vão dizer: "Ah, já não pode mais aprovar, por que já passou a eleição." Aí o ano que vem: "Ah, mas o outro Governo está assumindo, vamos esperar para ver como é que é, como é que não é."

Temos que apoiar os servidores públicos estaduais. A eterna Vereadora de Londrina, Vera Rubbo esteve em Brasília, com os policiais militares. Eu passei na Esplanada dos Ministérios, em direção ao Congresso, quando os policiais, representantes do Brasil inteiro, estavam fazendo uma caminhada no sentido de sensibilizar os Deputados e Senadores na aprovação da PEC nº 300.

Aqui temos a PEC do Subsídio dos policiais. Vamos votar a favor, mas tem que ser votado urgente. Vamos votar urgente também esse PCCV da Saúde. Vamos dar a nossa contribuição a todos os servidores. O Paraná depende muito dos policiais militares, policiais bombeiros, policiais civis que também esperam o PCCS. Vamos aprovar essa melhoria do pessoal da Saúde. Vamos mostrar que no Paraná, quem trabalha no serviço público, merece ser apoiado e prestigiado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Uso o horário do Pequeno Expediente porque ontem recebemos a mensagem representada pelo Vice-Governador Orlando Pessuti, sobre o salário-mínimo regional e outras mensagens que foram debatidas. Especificamente, temos feito duas considerações do salário-mínimo regional. Primeiro entendo que ele é um avanço não só para o Estado do Paraná, mas é um avanço inclusive para outros Estados do Brasil. Uma política que vem sendo feita no Brasil inteiro, quer dizer, a reconstrução, a recomposição do salário-mínimo, tanto nacional quanto dos valores do salário-mínimo regional, tem sido, diferentemente do que falavam, do que pensavam em alguns momentos alguns teóricos da economia, têm sido motivo não só de distribuição de renda, mas também,

por consequência, uma distribuição de renda para aquelas camadas mais pobres da população, que faz com que hajam determinados setores que tenham ganhos, e esses ganhos sejam distribuídos na base de pirâmide.

Essa é a primeira consideração, o salário-mínimo regional não é fato de - ao contrário do que pensam alguns - de demissões ou de redução da atividade empresarial.

Segundo que durante o ano passado tivemos um debate interessante, que foi a modificação daqueles percentuais que compõem o ICMS, que sem dúvida nenhuma também agregaram ao empresariado, aos empregadores, valores que permitiram que não só pagassem o salário-mínimo, mas tivessem ganhos também. A população, em alguns casos, foi beneficiada; em outros é discutível, mas em alguns casos especificamente foi beneficiada.

Entendemos que o salário-mínimo regional é um ganho, mas para que seja um ganho para todos não pode deixar de fora, em hipótese alguma, e na mensagem - pelo menos eu rapidamente vi a mensagem do Governo - não vi nenhum ponto que se refira a este tema específico que quero debater, é que nenhum servidor do Estado do Paraná possa ganhar menos que o salário-mínimo regional, porque não é possível que tenhamos um salário-mínimo regional para a iniciativa privada, embora acho que é louvável que aumentamos o salário-mínimo, e que se for este o debate, que possamos fazer compensações inclusive.

Falei recentemente com o Presidente da Federação das Panificadoras do Estado do Paraná, que ele colocasse sua posição muito clara. Somos a favor do salário-mínimo. Só queremos saber o seguinte: se é possível ter compensação, por que quando foi para ter aumento de energia elétrica, todos pagamos? Quando houve aumento da telefonia, todos pagamos. Aumento de combustível, todos pagamos. Então, é preciso que nós todos possamos também dividir estes custos. E quando dizemos dividir estes custos é fazer um estudo, se isto impacta a folha, em quanto impacta e como é possível fazer compensação, porque sabemos que os impostos no Brasil são realmente altos. É uma herança que estamos tendo, ao logo dos anos, mas são altos. E precisam ser, de alguma forma trabalhados, para que isso não gere desemprego.

O salário-mínimo, tem sido comprovado, não gera desemprego; ao contrário, implementa a atividade econômica. Mas não podemos aceitar que um servidor da Saúde, por exemplo, que hoje recebe R\$ 632, R\$ 635, sem ter os cinco anos, para que daí possa ter sua primeira promoção, fique com um salário menor que o salário-mínimo regional, determinado para a iniciativa privada. Porque senão estaremos cometendo uma injustiça que será difícil de compreender, difícil de defender que votemos um salário-mínimo para a iniciativa privada e não votemos o mesmo salário-mínimo extensivo a este patamar. E o patamar já diz, mínimo, para os servidores do Estado do Paraná.

Acho que fazendo isso estaremos tranquilamente corrigindo um problema que poderá vir pela frente. E outros, sem dúvida nenhuma também. Acho que ontem foi abordado, e quero mais uma vez repetir que somos totalmente favoráveis, a Bancada do PT vai votar favorável, mas é preciso também que tenhamos claro que quando se introduziu no debate do salário-mínimo que as empresas que prestam serviço, as terceirizadas e que hoje são em torno de 85 mil pessoas que prestam este tipo de serviço através destas empresas, elas não podem pagar um salário, uma vez que elas estão contratando e trabalhando com o Estado, não podem pagar um salário menor que o salário-mínimo regional. Seria uma contradição.

Nós, ao mesmo tempo em que cobramos que a iniciativa privada pague para seus trabalhadores o salário-mínimo, ao mesmo tempo em que exigimos que as empresas privadas, por óbvio aquelas que vão fazer, aquelas que têm empregados não organizados dentro de sindicatos; aliás, é preciso que se esclareça sempre que este percentual não é válido para todos os trabalhadores, é apenas para aqueles que não têm a organização sindical, conforme determinam as leis federal e estadual. Mas, é importante que ele alavanca - o DIEESE tem repetidas vezes afirmado isto - alavanca todas as negociações posteriores.

No Paraná, ano passado, atrasado, tivemos ganhos reais em praticamente todas as negociações. Alguns maiores, alguns menores, mas em todas as negociações tivemos ganhos reais. O que é importante, porque traz um patamar de distribuição de renda não apenas para o salário-mínimo, mas houve também, por consequência do salário-mínimo, uma discussão para aumentar o percentual dos metalúrgicos, foi feita uma negociação difícil, onde tivemos cerca de seis a sete de paralisações, um pouco mais, em algumas indústrias aqui do Paraná. Mas, através também deste movimento, tivemos um aumento de salário dos metalúrgicos.

Houve também um aumento na cadeia da indústria metalúrgica, toda ela, na cadeia da indústria da construção civil, toda ela também.

Então, é possível fazer a distribuição de renda. É possível ter o salário-mínimo regional como parâmetro. E não tem sentido que as empresas que hoje trabalham com mão de obra terceirizada, que aliás é um setor que cresce, e cresce muito, no Brasil todo, no Paraná e no Brasil todo, desde telemarketing até as empresas que prestam serviço, direta ou indiretamente, que essas empresas, quando contratadas pelo Governo Estadual, possam pagar um salário-mínimo menor do que o salário-mínimo regional exigido. Aliás, às vezes por prestarem uma carga horária menor, em quatro horas temos pessoas ganhando R\$ 300. Quem vive com R\$ 300 por mês? Quem vive com R\$ 400 por mês?

No salário-mínimo, o nome já diz que é mínimo, e ele passou por um processo, durante muitos anos, de desvalorização, que fez com que em determinados momentos no Brasil tivéssemos um salário-mínimo de US\$ 65 ou US\$ 55. É uma comparação com o dólar, que tem uma oscilação, mas sempre houve essa comparação.

Lembro-me de que nós, do Partido dos Trabalhadores, através do Senador Pain, uma das grandes reivindicações que o Senador Pain fazia no Congresso Nacional era do salário-mínimo de US\$ 100, o que não era aceito na época pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, por dizerem que seria muito alto, que geraria uma inflação imensa. Os US\$ 100 no Brasil eram impensáveis, e hoje é o contrário, porque estamos vendo que é possível, como referência, termos um salário-mínimo decente e que pague a todos.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Um outro ponto, a lei do salário-mínimo precisa ser debatida com tempo, com calma, sem que haja nenhuma precipitação, mas sem que esse debate signifique postergar a votação para além de fevereiro ou para além do início de março. Isso porque não podemos, sob a desculpa de que é preciso fazer um debate com mais ou com menos tempo, de que é preciso que tenhamos mais ou menos qualificação nesse debate, jogar esse debate para meados de março, para fazermos Audiências Públicas. Isso porque sabemos que o salário-mínimo que está é esse e precisa ser votado agora. Se há pontos para serem discutidos, este é o espaço, este é o tempo, este é o local, a Assembleia é o fórum adequado para fazermos isso. Agora, não podemos, Srs. Deputados, esperar que esse debate leve 15, 20 ou 30 dias. Acho que ninguém pensa, em sua consciência, em fazer esse debate, mas é preciso que tenhamos alguns dados e parece-me que uma das dúvidas é se no patamar do salário-mínimo houve ou não aumento da atividade econômica, e acho que esse debate tem que ser feito e não de uma forma simplista. Porque é possível que tenha havido demissões? Claro que é possível.

Precisamos lembrar que atravessamos uma crise gravíssima no Estado do Paraná, no Brasil e no mundo todo. O Brasil foi o último País a entrar na crise, o primeiro a sair, e o Paraná teve crescimento, mas sem dúvida nenhuma teve impacto também, seja nas exportações ou em toda a cadeia produtiva. Isso é inegável. Nós não podemos alegar que isso - determinados segmentos que tiveram um maior número de demissões - se deu por conta do aumento do salário-mínimo real, que é esse salário-mínimo regional. Por outro lado, também não podemos aceitar que algumas pessoas, sendo que já recebi telefonemas, nos digam: “Deputado, como é que eu, que pago um salário-mínimo para uma empregada doméstica, posso continuar pagando um salário de R\$ 717 se ganho R\$ 800?” Não pode! Realmente não pode! É difícil? É claro que é difícil.

Temos que ter o Estado, enquanto organismo público, que possa prover as necessidades de escola, de saúde, de transporte, de segurança, mas não podemos,

sob a alegação de não termos condições de deixar o filho em uma escola “absolutamente confiável” do ponto de vista pedagógico, de segurança ou de qualidade, não podemos, sob essa desculpa, dizer que não podemos aumentar o salário-mínimo porque não posso manter uma empregada doméstica em casa. Recuso-me a aceitar esse argumento, porque se fosse assim a escravidão no Brasil permaneceria, porque qual era o grande argumento dos senhores de escravos no século XIX? Que se houvesse abolição naquele período, todas as fazendas de café quebrariam, a indústria do Brasil, que era incipiente, não teria sequer condições de absorver minimamente aquilo que se produzia, porque se produzia com um custo muito mais alto.

Esses argumentos todos se mostram absolutamente falhos. Os Países que mais pagam são os que mais desenvolvem, são os que mais distribuem renda e são os mais bem sucedidos.

Então, não podemos cair em um discurso fácil e dizer para a pessoa que trabalha para mim que para eu poder ganhar um valor quatro, cinco, seis vezes o valor desse salário-mínimo ou mais, eu tenho que pagar um valor que seja a metade disso. Não é possível. Felizmente já há uma compreensão de que esse tipo de raciocínio fica cada vez mais distante. Não podemos pensar que uma pessoa que trabalha, por exemplo, uma empregada doméstica, trabalha numa casa e possa ganhar R\$ 300, com uma desculpa que ela é quase da família, porque ela recebe alimentação, recebe transporte, mora na casa, olha, as vezes trabalha 12, 15 horas por dia.

Então, essas pessoas têm que entender que o mínimo que podemos fazer é querer que as pessoas que trabalham recebam minimamente um valor que permita a elas terem dignidade no seu emprego, no seu lazer, dignidade com a sua família; a mesma dignidade que nós queremos para nós.

Mais uma vez aqui quero reafirmar que vamos votar, toda a nossa bancada, favoravelmente ao aumento do salário-mínimo. Achamos que é preciso fazermos esse debate, e que seja feito dentro de um prazo razoável, sem que seja postergado. Achamos também que é importante que os servidores públicos recebam no mínimo esse salário regional que está se propondo para a iniciativa privada, e que aquelas que vão ser contratadas, empresas que são terceirizadas, que também tenham a mesma filosofia, de pagar no mínimo um salário-mínimo regional. Porque não estamos pedindo nenhum exagero, nenhum absurdo, nenhum abuso; o nome já diz: apenas o que se quer é o mínimo, e nenhum centavo abaixo do mínimo.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próxima oradora inscrita, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma saudação aqui a nossa colega, Deputada Elza, que está visitando a Casa neste momento, é uma grande alegria tê-la aqui. Sempre companheira, sempre na luta, especialmente na questão das mulheres, uma grande defensora das mulheres.

Sr. Presidente, quero neste momento inicialmente parabenizar o nosso colega, Deputado Enio Verri, que assumiu o Partido dos Trabalhadores, a Presidência Estadual do PT no sábado passado, dia 6. E claro que o Enio, com todo o novo diretório, com todos os companheiros, companheiras que compõem o novo diretório, carregam uma grande tarefa, que são as eleições de 2010, que é o nosso sonho fazer a sucessão do Governo Lula. Claro que neste momento estamos já num grande trabalho, e entendemos a necessidade de termos uma mulher no poder. E aqui o PT tem hoje um nome muito bem preparado, altamente qualificado para exercer essa função, embora às vezes algumas pessoas não tenham essa compreensão, mas podemos dizer também que sentimos isso quando o Lula foi candidato. Muitas vezes muitas pessoas desmereciam o Presidente Lula, hoje Presidente, mas na época apenas o Luiz Inácio Lula da Silva. Até mesmo tentavam assustar as pessoas do que seria o Governo Lula. No entanto, hoje percebemos mudança que teve o País tendo um Presidente operário, apenas um trabalhador.

É claro que esse Presidente conta muito com o apoio de vários partidos, aqui o PMDB, Deputada Elza, é fundamental no Governo Lula, o PP, embora ouvimos o Deputado Belinati muitas vezes criticando a Ministra Dilma, criticando o Presidente Lula; mas o PP faz parte e tem feito um trabalho brilhante no Ministério das Cidades, o Ministro Márcio Fortes tem feito um trabalho bonito no programa de habitação, e o PP tem elogiado bastante o Presidente Lula.

Às vezes não conseguimos entender alguns pronunciamentos aqui na Casa, mas o PP faz parte e tem elogiado a todo momento o Governo Lula, porque as lideranças nacionais reconhecem a transformação que teve o País com o Presidente Lula.

Então, é muito importante que possamos realmente fazer a sucessão. E hoje o companheiro Enio Verri carrega esse grande compromisso, junto com todos nós, de trabalharmos para que o Brasil continue dando certo. Que consigamos fazer deste País um País com mais igualdade social.

Gostaria também aqui de registrar a nossa tristeza pela perda do presidente da UNICAF Paraná, Sr. Ademir Dalazen, num trágico acidente que aconteceu na manhã de sexta-feira, dia 5, no Município de Guarapuava. Posso dizer do Ademir Dalazen que tínhamos um trabalho muito importante e grande com relação à agricultura familiar. Uma pessoa simples, humilde, que saiu de uma comunidade de Francisco Beltrão com muitos sonhos.

Foi líder sindical, onde tivemos uma convivência; trabalhamos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais na mesma época, fomos militantes juntos; militou na Pastoral da Juventude; ajudou a fundar o PT em Francisco Beltrão, no ano de 1986; assumiu a presidência da ASSESSOAR; ajudou a fundar a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e ajudou a fundar a UNICAF aqui do Paraná e fazia parte também da UNICAF Brasil.

Não é apenas Francisco Beltrão que perde uma grande liderança, mas é o Estado do Paraná e o Brasil, pois ele já fazia parte a UNICAF Nacional e fazia um trabalho brilhante na defesa da nossa agricultura familiar. Lamentamos a sua partida, bem jovem ainda, 48 anos. Ele voltava de Brasília, da reunião da UNICAF Nacional e perdeu sua vida nesse trágico acidente.

Finalizo aqui com um pensamento que ele sempre pronunciava quando estava em algum evento, ou mesmo quando estava conosco. Seu pensamento era assim: “A luta do dia a dia não é justa quando lutamos apenas por um. Luto por mim, por minha família e para que todos tenham o direito de uma vida digna e feliz”.

Fica aqui a nossa solidariedade à família do Ademir e também à toda a família UNICAF.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava conversando com o Deputado Antonio Belinati e falávamos que é preciso amar, fazer com paixão aquilo que nos propomos a fazer. Para todos os segmentos da sociedade serve essa observação, mas sobretudo para alguns Deputados que encontramos em out-door, na rádio, na televisão, menos na hora de trabalhar, na hora de estar presente aqui no plenário. É só aproximar-se um feriado e já começa o esvaziamento. Falta entusiasmo, falta paixão. Poderia dizer, com todas as letras, que estou aqui e amo fazer o que faço. Sou um apaixonado por conseguir transformar as coisas, pelo menos lutar para transformar a triste realidade da nossa população.

Ontem mesmo, Deputado Belinati, tive mais uma grande vitória, que compartilho com toda esta Casa. Pude transformar o Programa Leite das Crianças a Lei nº 16385. Muda o Governo, vem o Governo que for, mas o leite das crianças estará garantido, porque é um programa essencial para as famílias que mais precisam. É um litro de leite por dia para aqueles que não podem comprar o leite, e aí está assegurado mais um programa de grande alcance social.

Fico muito feliz, porque ainda como Vereador de Curitiba, pude criar um movimento nacional que culminou

com a instalação da primeira Delegacia da Mulher deste País. Foi um movimento que começamos na Câmara Municipal de Curitiba, convocamos a primeira reunião, a esposa do então Prefeito Roberto Requião, Maristela Requião, junto com algumas Juízas, delegadas de Polícia, que eram quatro no Paraná, começaram conosco um movimento nacional. Houve um amplo debate na Câmara Municipal, no rádio, na televisão, porque dizíamos que as mulheres sofriam muito, sobretudo as mulheres mais simples, com alguns maridos que exageravam na bebida, alguns drogados, e que a mulher se sentiria mais à vontade em contar sua história para uma outra mulher. Olha quanto deu certo, Deputado Belinati! Hoje, a delegacia da Mulher, em Curitiba, atende em torno de 60 ocorrências por dia, imagine há 20 anos. Então, foi preciso o Governador José Richa dizer sim ao nosso movimento e estabelecer esse critério da Delegacia da Mulher, pioneira no Paraná.

Deputado Belinati, como estou feliz por ter conseguido colocar no orçamento deste ano R\$ 8 milhões para que o Governo priorize a instalação de clínicas de recuperação para drogados.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Então, o que tenho falado com o futuro Governado Pessuti? Está no orçamento R\$ 8 milhões para que se crie clínicas para oferecer à população dependente química, sejam alcoólatras, drogados, para que essas pessoas tenham uma chance. Que o Estado dê essa oportunidade para que eles possam se recuperar, para que possam ter um encaminhamento para voltar ao seio familiar, como homens sadios, não homens doentes, porque sabemos que a dependência química não é apenas um vício, é sim uma doença.

São tantas bandeiras sociais que temos a oportunidade de defender com paixão, com amor, com muita luta, como é importante este espaço e como é difícil conquistar este espaço para aqui chegar, para poder falar em nome da população do Estado do Paraná.

Por isso, temos que valorizar todas as oportunidades que temos, seja nas comissões internas da Casa, seja na tribuna da Assembleia Legislativa, seja nos cantos e nos recantos que nos encontrarmos, como temos que valorizar e agradecer a Deus por termos essa oportunidade na vida de defendermos os menos favorecidos pela sorte. Como temos que agradecer a Deus por podermos manusear o orçamento público de uma população, priorizando a aplicação dos recursos na área da Saúde, da Educação, da Segurança Pública, na área do meio ambiente, que vem sendo esquecido ou que foi desprezado por muito tempo.

Agora estamos vivendo uma situação climática que perturba a todos nós e nos preocupa, porque a chuva é intensa, o calor é intenso. Mas, há 18 anos apresentei uma lei aqui nesta Casa, chamada de Lei do ICMS Ecológico, que criou uma compensação financeira aos Municípios que

possuem áreas de preservação ambiental. Quem sabe os nossos Municípios, em torno de Curitiba, não tivessem os mananciais que têm hoje se a lei não tivesse disponibilizado até hoje aos Municípios com área de preservação ambiental mais de R\$ 3 bilhões.

Queremos um exemplo? Aumentamos as áreas verdes no Estado do Paraná, por conta da lei, em 160%. Foram criadas 560 novas áreas ecológicas. O Paraná, nessa lei, é pioneiro. No mês passado, o Globo Ecologia, 20 minutos, no mês anterior foi o Globo Rural. Doze Estados do Brasil copiaram a nossa lei do Paraná, é uma lei compensatória. Caminho que deve seguir a humanidade, porque temos que estabelecer uma contrapartida, temos que criar um equilíbrio. Temos, então, que investir nisso, porque foi a maneira que encontramos de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a função parlamentar é uma das mais nobres. O Poder Legislativo, segundo a Constituição, é o primeiro dos Três Poderes, só que temos que chegar sempre prontos para o trabalho, sempre dispostos a marcarmos a nossa presença no pannel, só que temos que dedicar paixão, amor, interesses pela função pública, para que não só os políticos façam política, o que queremos é que a sociedade faça política. E para isso temos que dar, evidentemente, o exemplo para entusiasmar os nossos jovens, os nossos irmãos, e para pedir àqueles que eventualmente estejam já aposentados e que tenham uma qualificação técnica, tão necessária para amparar o legislador, que deem a sua parcela de contribuição.

Então, na defesa dos mais humildes, do Leite das Crianças, da Delegacia da Mulher, da ética e da moral na política, é que estamos aqui para dizer, Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço; para dizer, Srs. Deputados, vamos exercer a nossa função cada vez mais com paixão, cada vez mais vibrante e cada vez mais na certeza de que estamos fazendo o bem, evoluindo e trabalhando para um Estado que merece a nossa atenção, porque tem uma população trabalhadora e ordeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, no dia de hoje, esta Casa vai dar uma demonstração para o povo do Paraná e vai marcar história. Esta Casa tem legislado e feito o exercício do trabalho político consolidando leis.

Hoje, o item 01, que V. Exa. colocou na pauta, trata da consolidação de leis no Estado do Paraná vinculada à tarifa social da água e da energia elétrica. São programas extraordinários, que beneficiam os paranaenses menos

abastados. No ano passado esta Casa votou, por unanimidade, em primeiro turno esse tema. E hoje volta à pauta novamente, consolidando e garantindo para que a população paranaense, menos favorecida pela sorte, tenha garantido na Constituição do Estado do Paraná que essas políticas sejam continuadas. Isso é fundamental. Todos que tiveram a oportunidade de assinar essa PEC o fizeram. Esta Casa quer que as pessoas menos abastadas do Estado sejam beneficiadas pelas tarifas sociais da água e da energia, de forma continuada, independentemente de quem seja o próximo Governador.

O Governador Roberto Requião começou essas políticas, que deram certo. Tanto a COPEL como a SANEPAR subsidiam essas tarifas, garantindo que no futuro, pelo menos 1 milhão de pessoas sejam beneficiadas apenas na água. Isso é muito importante. É uma forma de distribuição de renda indireta, que faz com que o salário ou a renda dessas pessoas, que é a menor renda do Estado, sejam compensadas com uma tarifa social. Na medida em que as pessoas gastam menos com água e esgoto, e às vezes não pagam nada para a energia elétrica, esse dinheiro vai para comprar comida ou outros benefícios para o lar.

Portanto, Sr. Presidente, quando essa medida entrar em votação, não irei encaminhá-la, porque será uma unanimidade. Prova disso é a assinatura da grande maioria dos Pares desta Casa, votando e apoiando esta iniciativa, que será a consolidação na Constituição do Estado do Paraná, garantindo de forma continuada a permanente, de acordo com critérios técnicos e da renda das famílias que são beneficiadas pela tarifa social da água e da energia.

Desde já agradeço a votação de cada um dos Pares por essa matéria que é fundamental para o futuro das famílias mais pobres do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV SINAL.

No dia de ontem fiz um pronunciamento sobre a necessidade do debate. Tenho certeza que não fui mal interpretado pelos Parlamentares e nem tampouco pela imprensa. E ontem mesmo já fui procurado no meu gabinete por vários empresários e representantes de segmentos produtivos do Paraná, que estavam aqui ontem, Deputado Enio Verri, que não foram citados. Falei que certamente foi um lapso, esta Casa ouve sempre as matérias importantes como esta do piso regional, e ouvirá certamente todos os interessados da matéria.

Chamou-se a atenção justamente aquela dúvida de comprovarmos os argumentos do Governo de que realmente com o aumento do mínimo regional no ano passado, houve um aumento real de empregos formais, porque a informação que chegou ontem no final da tarde é que realmente ocorreu um aumento nos empregos do Paraná, mas na construção civil, em outros segmentos da economia que não aqueles protegidos pelo salário-mínimo que votamos aqui no ano passado.

Segundo este argumento que me foi passado na tarde de ontem, conseguimos aprovar o mínimo regional maior que todos os outros Estados. Mas isso não refletiu diretamente no aumento de empregos. Acho que temos a necessidade, até para confirmar essa informação, Deputado Enio Verri, V. Exa. que até poucos dias era Secretário de uma das pastas mais importantes, que é o Planejamento, seria muito importante se conseguíssemos, aqui na Assembleia, comprovar esse argumento. Aí muda toda a história, inclusive para servir de patamar para outros Estados da Federação.

Se efetivamente o argumento do Governo que aumentando o salário nós aumentamos o número de empregos, fortalecemos a economia, se for verdadeiro esta Casa tem a obrigação de votar. E quero deixar bem claro, quando propus o debate não tem nenhum objetivo de adiar a discussão. Se conseguimos estabelecer esse debate, comprovar com argumentação técnica e com dados oficiais do CAGED, do Sistema Nacional de Emprego, essas dúvidas, vamos votar em 20 dias. Agora, o que não podemos é, por pressão de alguns sindicatos, muitos dos que estiveram aqui ontem, eles não têm a proteção da Lei do Salário-Mínimo, porque eles têm, graças à sua organização, uma negociação individualizada de acordo com o sindicato e com os patrões, mas eles tem o dever de defender o trabalhador, como nós também temos.

Quero deixar bem claro aqui que o objetivo da proposta de debate não é para adiar, mas sim para esmiuçar e declarar efetivamente se o argumento é tão difundido pelo Governo do Estado, ele corresponde à verdade e o Paraná efetivamente gerou mais empregos com o aumento dos salários, ou se estamos criando aqui um presente de grego no ano eleitoral, para servir de um belo discurso eleitoral.

Tenho certeza que nenhum Deputado vai votar contra o trabalhador, até porque a verdade que vão passar é que isso é presente para o trabalhador no ano eleitoral. Agora, temos de saber se esse aumento vai significar aumento real, tanto para aqueles que trabalham, ou de repente vamos ficar sonhando aqui que vamos estar levando aumento, e estamos levando para a casa do trabalhador mais um aviso de demissão.

Quero deixar bem claro aqui que não faço essa afirmação, Pastor Edson, em nome do bloco, porque não conversei com o bloco do qual sou o líder, sobre essa questão. É uma afirmação de cunho, de convicção pessoal, mas acredito que todos devemos estabelecer

esse debate nesta Casa, seja para confirmar a versão do Governo, seja para eventualmente, se a verdade for outra, explicar ao Estado do Paraná o que pode acontecer o que certamente irá acontecer se a verdade não for aquela que está sendo propaganda.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSB, concedo a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SE. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje me levanto para tratar de dois assuntos que estou encaminhando a aprovação aqui no Plenário: um é a indicação do desdobramento dos PROCONs do Estado do Paraná. Temos o PROCON estadual, da Capital do Estado, não o temos nas Regiões Metropolitanas, nas demais Cidades.

Uma outra questão que me chama muito a atenção é a necessidade de preparação dos cidadãos do Paraná na questão do âmbito das políticas consumeristas (sic). A verdade é que temos amplamente uma política ligada ao direito do consumidor, ao consumo, e que muitas vezes estamos deixando de observar no âmbito da formação do cidadão. Quando me refiro, por exemplo, à indicação ao Governo do Estado, da criação dos PROCONs estaduais, haver um questionamento. Mas, as Cidades-polos, as Cidades do Paraná não tem PROCONs. Existem os PROCONs municipais, mas eles têm cuidado de um outro âmbito, de um aspecto diferente do que pode ser feito pelo PROCON estadual.

Portanto, se o Governo do Estado, ao receber essa indicação, essa proposta de uma nova política consumerista (sic) no Estado do Paraná, certamente estaremos apresentando um modelo de desenvolvimento da cidadania do povo paranaense, em consequência para o povo brasileiro.

A situação é muito clara, se tivermos também o PROCON estadual em Cidades-polos como Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, e tantas outras Cidades, teremos a condição de dar oportunidade que as políticas públicas de desenvolvimento, implementadas pelo Governo do Estado, sejam estendidas a todo o território paranaense.

Tem-se o modelo atual, apenas com o PROCON estadual, com sede, com políticas voltadas para a Capital do Estado, não estaremos acompanhando esse grande desenvolvimento que há necessidade em relação às políticas públicas do consumidor. Se formos fazer uma breve leitura da Constituição Federal vamos perceber que o

legislador constituinte prévio, a grande necessidade de que o Estado assuma essa responsabilidade, fez um desdobramento ainda maior, além da União, ele desdobrou os Estados membros da Federação, e aí se incluía o Estado do Paraná, a obrigação de cuidar desse aspecto.

Vejo com bastante dificuldade que o Governo do Estado consiga cumprir sua finalidade constitucional se não ampliar suas políticas públicas por meio de seus PROCONs, na organização que já existe nas Regiões Metropolitanas.

Então, temos que observar, enquanto legisladores, enquanto representantes da nossa população, levantar um pedido para que o Governo do Estado possa, efetivamente, mudar este modelo, ou pelo menos ampliar este modelo, criando um PROCON estadual, a extensão em cada Cidade do nosso Estado.

Agora, não basta termos apenas um departamento formal. É preciso que essas políticas públicas possam ter um desenvolvimento com palestras, convênios com as escolas públicas e privadas do Estado do Paraná, escolas conveniadas com o Governo. E aí, ontem, aprovamos e analisamos um projeto quanto à necessidade de se instituir, no Estado do Paraná, o ensino ou pelo menos uma estrutura a condição nas escolas públicas e privadas conveniadas ao Estado do Paraná, em relação ao aspecto ambiental.

Quando falamos em cidadania, devemos pensar na cidadania de maneira muito ampla, incluindo a questão do consumidor. Raciocine comigo, você que está nos acompanhando pela televisão: uma criança já é um consumidor. A criança é consumidora na medida em que ela possa comprar uma bala e um estabelecimento comercial do nosso Estado. Ora! Se a criança já é uma consumidora, o adolescente é um consumidor, o adulto cidadão é um consumidor, será que se não prepararmos esse cidadão para estar com seus conhecimentos voltados para a aquisição dos produtos, não estaremos tirando a oportunidade de um exercício pleno da cidadania?

Vou um pouco mais além: se pensarmos no direito do consumidor como um todo, vamos perceber que o financiamento de uma casa própria é uma relação de consumo; o cidadão que precisa de atendimento do SUS - Sistema Único de Saúde, também estará buscando um serviço público que estabelece uma relação de consumo. Então, para todas as maneiras e comportamentos que se possa ter, vamos ver instaurada a questão da prestação de serviço dentro da relação de consumo.

Se o PROCON municipal presta um grande serviço, também prestará um grande serviço o PROCON estadual. Porque existem serviços públicos do Município que é evidente que o PROCON municipal, local, subordinado à Procuradoria Jurídica do Município não vai se levantar ou instaurar um procedimento para verificar eventual desvio da relação de consumo. Aí é importante que tenhamos, realmente, um órgão estadual, para que possa acompanhar.

Mas, eu levava o raciocínio para a questão educacional. Temos que ter a oportunidade das escolas públicas do Paraná, que desde muito cedo as pessoas possam tomar conhecimento da relação que pode estar inserida. Como um jovem pode abrir uma conta bancária? Como ele pode movimentar uma conta bancária? As tarifas que virão em sua conta, se ele não tem sequer uma orientação, ainda que primária, do seu direito enquanto consumidor?

Se o legislador estabeleceu a oportunidade dos Estados fazerem esta política, percebo que não há outra alternativa senão nos levantarmos em defesa desta estrutura. Mas, mais do que isso, se estivermos buscando esta relação, dando a oportunidade das escolas públicas e particulares promoverem seminários, debates dessas questões, estaremos avançando.

Chamo também os Deputados, e você que está nos acompanhando, para uma reflexão: temos vários sistemas que podem e estão contribuindo para o desenvolvimento da cidadania. Lembro agora do Ministério Público, que tem suas Promotorias Especializadas de Defesa do Consumidor, e lembro também das Associações de Defesa do Consumidor, grupo de pessoas que se reúne para fazer promover a defesa do consumidor, palestras, trabalhos, incentivo ao desenvolvimento. Estamos verificando os PROCONs municipais e estaduais e o Governo, uma política como um todo.

As Associações de Defesa do Consumidor, por exemplo, têm legitimidade para judicialmente apresentarem as chamadas ações civis públicas. Imaginem que com uma ação pode-se dar a oportunidade de representar milhares de consumidores do nosso Estado, e quem sabe até do Brasil. Os PROCONs também têm legitimidade para buscar judicialmente a condição de representação. Então, estaremos até contribuindo com essa política desenvolvida no setor educacional, nos PROCONs desdobrados nas Regiões Metropolitanas estaremos contribuindo com o Poder Judiciário, que deixará de receber milhares de ações individualizadas, podendo julgar apenas uma ação coletiva, chamada de ação civil pública, por meio desses órgãos.

Então, parece-me que precisamos atender bem essas indicações que estou apresentando aqui na Assembleia Legislativa, repetindo, dando condições ou pelo menos indicando ao Governo do Estado que faça a extensão dos PROCONs estaduais nas Regiões Metropolitanas. Com isso estaremos atendendo a Constituição Federal, atendendo as políticas públicas de desenvolvimento da cidadania e dando condições ao cidadão do Paraná, ainda muito jovem, de ter a condição, a oportunidade de se comportar bem no mercado. Assim teremos uma sociedade mais equilibrada e justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A pedido do Deputado Elton Welter, registramos a presença da Vice-Prefeita Sueli e do Presidente da Câmara de Rancho Alegre, o Amarildo. Sejam bem-vindos à nossa Casa!

Queremos comunicar que os Srs. Líderes do PMDB, do PSDB, do PT, do Democratas e do Bloco PSB/PRB/PV indicaram os seus membros para comporem a Comissão Especial de Reforma da Constituição, quem irá opinar, no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 049/09, de autoria do Poder Executivo, que visa acrescentar o parágrafo 17 ao artigo 23 da Constituição Estadual. Pelo PMDB foi indicado o Deputado Romanelli, pelo PSDB o Deputado Traiano, pelo PT o Deputado Péricles de Mello, pelo Democratas o Deputado Plauto e pelo Bloco o Deputado Wilson Quinteiro. Portanto, essa comissão deverá agora se reunir e votar quem será o Presidente e o Relator, para que possamos dar andamento a essa alteração na Constituição.

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, memorando subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP, e Bloco PRB/PSB/PV, indicarem membro partidário para compor a Comissão especial de Reforma da Constituição, que irá opinar no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 049/09, de autoria do Poder Executivo, que visa acrescentar parágrafo 17 ao artigo 23 da Constituição Estadual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Reni Pereira, na qualidade de Líder do PSB/PRB/PV, constante do expediente, indicando a Deputada Rosane Ferreira e o Deputado Wilson Quinteiro para desempenharem as funções de Vice-Líderes do referido bloco, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 112, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias realizadas entre os dias 08 e 11 de fevereiro do corrente ano, em virtude de ter sido submetido a procedimento cirúrgico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 142, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente, solicitando autorização para afastamento do País entre os dias 10 e 18/04/10, com viagem ao Canadá junto com produtores de leite e a empresa SEMEX-PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 144-B, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 08 de fevereiro do corrente ano, em virtude de compromisso parlamentar no Município de Cascavel. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (PEC)

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 071/09, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Elton Welter, que altera a redação do parágrafo 1º, do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

Em votação.

O Item nº 01 da pauta trata de uma Proposta de Emenda à Constituição do Estado, por proposição do Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro, nós estamos tocando a campanha e vamos proceder à chamada nominal, para que tenhamos o número regimental dos Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Deputado Fernando Scanavaca, para proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Fernando Scanavaca)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

2ª discussão da Proposição nº 071/09, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Elton Welter. Há parecer favorável da Comissão Especial de Reforma da Constituição.

Atenção, Srs. Deputados, vai se proceder a votação. Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM, os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO. Estamos votando.

Vai se proceder à apuração: 41 Deputados votaram com a expressão SIM. **Está aprovado.**

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não consegui votar no painel, mas gostaria de registrar o meu voto favorável à emenda do Deputado Elton Welter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está registrado.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 092/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a matrícula de alunos portadores de deficiências locomotoras nas escolas públicas mais próximas de suas residências, e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 775/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de guias de turismo no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 140/07, de 31/10/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 462/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa Padroeira São Sebastião, no Município de Wenceslau Braz. **Aprovada. (Publ. no DA nº 102/09, de 02/09/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que declara de utilidade pública o Conselho dos Movimentos e entidades sociais de Apucarana - COMES, com sede e foro na Cidade de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que institui o selo de qualidade turismo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui que as escolas públicas e privadas conveniadas com o Estado do Paraná, devam dispor de embasamento teórico e prático em ecologia e preservação ambiental. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa do Padroeiro São Sebastião, no Município de Joaquim Távora. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o 4º domingo do mês de outubro como o Dia da Paz entre Torcidas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Associação de Cooperação Agrícola dos Assentamentos da Reforma Agrária do Oeste do Paraná - ACARP Oeste, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Rio Azul - ACIARA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda**

1ª Discussão**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 726/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o monitoramento em tempo real da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 726/07
VOTO EM SEPARADO

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira tem por objetivo instituir o monitoramento e divulgação dos dados da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba em tempo real.

Fundamentação

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 24, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre conservação da natureza, proteção do meio ambiente, controle de poluição e proteção e defesa da saúde:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caças, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3 Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades. (grifos nossos)

Da mesma forma, a Constituição do Estado do Paraná assim estabelece:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

VI - floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de poluição;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifos nossos)

Desta forma, a União detém a competência para implantar normas gerais sobre tal matéria, enquanto os Estados devem legislar de forma suplementar, ou seja, de forma complementar, preenchendo os vazios da norma geral. Caso não exista uma lei federal, o Estado possui competência legislativa plena, ou seja, não limita-se a complementar uma outra lei. Uma vez que não existe lei federal que disponha sobre o monitoramento da qualidade do ar na referida região, o Estado detém a competência para legislar sobre o assunto.

Ocorre que já existe legislação estadual que trata do monitoramento da qualidade do ar. A Lei nº 13806 de 30/09/02, que dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, estabelece a competência do Poder Público Estadual para implementar um sistema de monitoramento, bem como os locais em que devem ser instalados prioritariamente:

Art. 26. Compete ao Poder Público Estadual, através do órgão estadual de meio ambiente, implementar um sistema de monitoramento que permita acompanhar a evolução da qualidade do ar.

Art. 27. O sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado prioritariamente nas regiões ou localidade com maior concentração de fontes móveis ou estações de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

Parágrafo Único. O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar métodos de amostragem e análise normatizados, que possibilitem a comprovação dos resultados assim obtidos com os padrões de qualidade vigentes. (grifos nossos)

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração legislativa no Brasil.

Conclusão

Diante do acima exposto, o presente Voto em Separado é pela legalidade e constitucionalidade do presente projeto de lei, na forma da emenda substitutiva geral em anexo, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 726/09

Art. 1º O artigo 27 da Lei nº 13806/02 passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 27. O sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado prioritariamente nas regiões ou localidade com maior concentração de fontes móveis ou estações de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

§ 1º O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar medidas de amostragem e análise normalizados, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões de qualidade vigentes.

§ 2º Fica assegurado a toda a população acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar a cada hora a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O3, SO2, NO2, CO, PTS, PI e fumaça.

Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, em relatório único.”

Sala das Comissões, em 10/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoiamento:

Reni Pereira.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 726/09

P A R E C E R :

O presente projeto busca dispor sobre o monitoramento em tempo real da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo agora objeto de análise na Comissão de Meio Ambiente.

A Constituição da República dispõe que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caças, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistema; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genéticos; (Regulamento) (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

De plano surge que a questão ambiental é de relevância destacada para o Estado Brasileiro, pelo que está a merecer um trato protetivo por parte de todos os legitimados. Assim, a proposta que ora se deve ser aprovada, por atender aos objetivos da Carta Magna, trazendo ainda um potencial benefício para o controle da poluição por parte da população.

Nosso parecer pois, é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa do Padroeiro São Sebastião, no Município de Quatro Barras, que realiza anualmente no dia 20 do mês de janeiro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CIC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 102/09, de 02/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 464/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei visa inserir, no calendário do Estado, a Festa do Padroeiro de São Sebastião, a ser comemorada entre os dias 11 e 20 do mês de janeiro. Consoante a justificativa apresentada pelo nobre Deputado, tal festividade reúne inúmeros fiéis, que comemoram com novenas, procissões e missas, onde são distribuídas inúmeras graças e favores.

Fundamentação

Inicialmente, em que pese a matéria abrangida pela proposta legislativa, ora em análise, na qual se pretende a valorização cultural, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legitimidade do autor, legalidade, bem como a técnica legislativa utilizada.¹

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura,² sendo, ainda, de incumbência do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional

1.Art. 33. do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2.Art. 24, *caput* CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX - educação, cultura, ensino e desporto.

a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais.³

A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.⁴

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do Poder Público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desaspropriação, e de outras formas.⁵

Ressalte-se, ademais, que as datas comemorativas de alta significação, para os distintos segmentos étnicos do País, serão fixadas mediante lei,⁶ sendo esta de iniciativa, a *exempli gratia*, de qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa. Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Assim, configuradas a constitucionalidade e legalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 464/09

P A R E C E R :

O projeto epigrafo trata da inserção de data comemorativa no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Esta proposta já foi aprovada na CCJ, atestada na CCJ, atestando sua legalidade e constitucionalidade.

3.Art. 215. *caput*, CF/88. O Estado garantirá a todos os pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

4.Art. 190. *caput* da Constituição do Estado do Paraná.

5.DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007.22ª. ed. pg.808.

6.Art. 215, parágrafo 2º, CF/88. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Vindo a esta Comissão temática, e partindo do artigo 33 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ora *in verbis*.

Art. 33 Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 6º À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades; sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior; e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

A partir disso, entendemos que o projeto tende a incrementar o setor do comércio e também por decorrência o setor industrial, haja vista o iminente aumento de visitação por parte de turistas, o que trará por efeito o aquecimento da atividade municipal como um todo.

Por ser assim e mais, por ter a convicção de que iniciativas como esta merecem apoio por esta Casa de Leis, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 711/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Casa Lar Menino Jesus, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 153/09, de 09/12/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 711/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Casa Lar Menino Jesus, com sede e foro no Município de Ibaiti, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 114, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 115, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 118, de autoria do Deputado Wilson Quintero, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 121 e 122, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 116 e 117, de autoria do Deputado Elton Welter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 120, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 143, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 119, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 113, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 123 e 124, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 127 a 139, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 140, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 564, 638 e 694/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 726/07, 464 e 711/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 278/08, 556 e 616/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Especial de Reforma da Constituição****COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO**

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da presidência no plenário, reuniram-se os membros indicados para comporem esta comissão, que irá analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 049/09, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em segunda para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes do Deputado Luiz Claudio Romanelli e do Deputado Wilson Quinteiro para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Luiz Claudio Romanelli agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o Deputado Péricles de Mello para exercer a função de relator da comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - 1º Vice-Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Redação**COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 146ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 301, 401 e 098/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 147ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pedro Ivo apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 340 e 373/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 148ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 243, 388/08; 147 e 276/09 (anexados), 412 e 403/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 149ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 411 e 409/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior,

secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 150ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 427 e 258/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Plauto Miró apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 368, 429, 424 e 431/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 152ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ademar Traiano apresentou redação final aos Projetos

de Lei nºs 453 e 437/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 153ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 155, 378, 436 e 434/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 154ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 135, 445, 451 e 455/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 155ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior.

Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 325, 383/09 e o Deputado Teruo Kato apresentou os Projetos de Lei nºs 480, 465 e 346/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 156ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 483, 066, 387 e 443/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 157ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 372, 365, 481, 525 e 361/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 308 e 327/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 159ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 508, 517, 487, 509, 494/09 e ao Projeto de Resolução nº 018/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 160ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 371/09, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da

comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 161ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 500, 514, 518, 519 e 520/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 162ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 419, 361, 167, 442, 382 e 418/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 163ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 018, 287 e

554/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 164ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 477/09, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 165ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 704/07; 298/08; 266, 302, 492, 504, 571, 553 e 456/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 166ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado

Eliza Sotomajor Maruska Sotto Major - Secretária